

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS

Posição sobre a Proposta de Novas Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Maria

Consideramos que o acesso à Universidade Pública no Brasil necessita ser democratizado e universalizado, garantindo a efetiva presença da população negra, indígena e demais grupos historicamente alijados deste direito à educação. Atualmente, mesmo com o avanço das políticas de ação afirmativa nas Instituições Federais de Ensino Superior, esta realidade necessita progredir e aprofundar-se. Na Universidade Federal de Santa Maria, não é diferente. Nesta, atualmente os processos gerais de ingresso, são regulados pela Lei 12.711/2012 e suas disposições, diante desse processo a instituição adota a reserva de 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas e de baixa renda, bem como em cumprimento ao Art. 3º da Lei, reserva 40% de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), bem como 23, 84% para pessoas com deficiência. Porém, quando olhamos para os dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Planejamento da instituição, em 2021 cerca de 75% dos estudantes autodeclararam-se brancos e, cujas rendas não são identificadas. Isto expressa a necessidade do fortalecimento e ampliação das políticas de ação afirmativa para o ingresso e permanência de estudantes negros e negras, bem como indígenas na instituição, pois estes representam uma média aquém do estipulado pelo sistema de cotas adotado e muito distante da realidade nacional. Os referidos dados também revelam outros pontos importantes, que residem na necessidade de garantia do acesso das pessoas com deficiência e necessidades especiais, assim como a ampliação da presença de pessoas pertencentes a comunidade LGBTQIA+, tanto quanto o fortalecimento do ingresso de estudantes de baixa renda, de um modo geral, na instituição.

Diante desta realidade, ainda tão excludente, nos deparamos com a **Nova Proposta de Formas de Ingresso na UFSM** encaminhada pela atual gestão da instituição ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão para avaliação e votação na próxima quinta-feira (26/01/2023). Em realidade, a propalada nova forma de ingresso retoma processos antigos, como o Vestibular e o Processo Seletivo Seriado (PSS), em detrimento do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) implementado pelo Ministério da Educação em 2010, ao qual a instituição aderiu no ano de 2014, após muito debate interno e junto a sociedade civil. Também, a proposta traz alguns processos de ingresso específicos, alguns dos quais defendemos, mas que necessitam ser melhor discutidos. Diante do exposto, a questão que o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UFSM traz para a instituição e para a sociedade civil, é: **a presente proposta dará conta de modificar o perfil apresentado ou reforçará os dilemas da democratização do acesso nesta universidade?**

Isto posto, expressamos que a presente **Minuta de Resolução** sobre o tema, é eminentemente contraditória e embasada em aspectos controversos. Dentre os principais aspectos que embasam o retorno do Vestibular e do Processo Seletivo Seriado (PSS), que em 2026 darão acesso à 70% das vagas da instituição, situam-se os seguintes fatores: **a centralização do processo pelo Ministério da Educação e a falta de autonomia das instituições**, o que promove problemas como atrasos nas impressões das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no próprio calendário acadêmico; **o distanciamento trazido às comunidades locais pelo SiSU**, principalmente no que diz respeito às questões georreferenciais e a falta de **participação da educação básica** na

construção do processo de ingresso; **a taxa de evasão**, que embora tenha múltiplos fatores, não pode se desprezar a própria **natureza/características do SiSU como um dos fatores impelidores desse fenômeno.**¹

Frente a estes argumentos, um aspecto interessante a ser analisado, reside no fato de uma das principais metas da atual gestão da UFSM, liderada pelo Reitor Luciano Schuch, apontar para a transformação da instituição em uma “universidade de classe global”. Este conceito, por ora amorfo entre a comunidade acadêmica, pode ser encontrado no *Times Higher Education World University Ranking*, o qual define que *World Universities*, apresentam como características: possuir pelo menos 20% do seu pessoal de origem estrangeira; investir em pesquisa pelo menos \$ 229.109 por docente; publicar cerca de 43% de todos os seus trabalhos de pesquisa em âmbito internacional; ter um corpo discente composto por 19% de estudantes estrangeiros². Nesse sentido, é questionável o desejo de inserir a UFSM em dinâmicas globais, quando sequer a instituição se propõe a manter de forma robusta sua participação em um sistema nacional como SiSU, além de alegar que dentre as ameaças para o ingresso e a permanência na instituição, situam-se à vinda de estudantes de outras regiões do país, impossibilitando uma regionalização. **Logo, quer-se globalizar, mas “os de fora da região”, são postos como problemas.** Talvez, compreensões calcadas nas noções de colonialidade do poder e do saber expliquem melhor este processo que aborda a diversidade cultural construída no ambiente universitário como um problema.

Não obstante, a ênfase dada ao distanciamento das comunidades locais e da região em função do SiSU não é algo que se sustente. Dados revelados pela Pró-reitoria de Graduação em 2022, apontam que o índice de regionalização conheceu uma melhora, pois, 90% das vagas do SiSU são do Rio Grande do Sul, e 54% são de Santa Maria e região.

Ainda, no âmbito das discussões regionais, a nova proposta traça um problema locacional entre a cidade e a região, como sendo pouco atrativa e com uma estrutura (comércios, serviços) precária. Logo, o retorno do Vestibular e do Processo Seletivo Seriado se colocam como elementos revitalizadores desta dinâmica econômica da cidade-região. Portanto, o que se oculta por trás desta proposta, é uma compreensão conservadora do significado do fenômeno regional, onde a região se apresenta como a base de sustentação de um bloco histórico de classes fundamentais, que historicamente dirigem Santa Maria e seu entorno espacial, muito distante de uma perspectiva progressista das articulações regionais, como vistas a contribuir para a superação das desigualdades sociais e de abertura para a diversidade sócioespacial, em suas conexões com as escalas nacional e global, em um contexto de múltiplos sujeitos que a constroem.

Outro ponto importante, na crítica ao SiSU, apontado pela nova proposta, diz respeito à relação com a educação básica e a sua ausência na construção do processo de ingresso na universidade. Neste campo, apontam-se como fraquezas a falta de diálogo para organização curricular e dificuldades de divulgação dos cursos no âmbito escolar. É de difícil entendimento o que o SiSU tem a ver com essa debilidade de relação. Caberia uma autocrítica da instituição no sentido de fortalecer os dispositivos de aproximação escola-universidade via projetos/programas de ensino, pesquisa e extensão; contribuição com a formação continuada de professores; fortalecimento de programas nacionais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica, dentre outras ações. Do nosso ponto de vista, seria ainda mais significativo

¹ Consultar: UFSM/ Processo Administrativo Eletrônico - 23081.132994/2022-99.

² Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/news/the-formula-for-a-world-class-university-revealed>>

que nesta relação, se pautasse de forma dialógica, a educação antirracista, um debate ainda periférico nesta instituição e com grandes dificuldades de desenvolvimento na educação básica.

Não obstante, as mudanças dessa relação oriundas do retorno do Vestibular e do PSS são muito nítidas, basta olharmos para as experiências passadas, como por exemplo o antigo Programa Especial de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES), que impunha um currículo engessado às escolas aderentes, estimulava perspectivas meritocráticas de ensino-aprendizado, fomentando escolas privadas e cursinhos preparatórios, impondo uma pressão psicológica cada vez maior sobre a juventude, sem um debate adequado acerca da busca pelo acesso à universidade.

Também, mais um tema destacado como justificativa para o retorno do Vestibular e do PSS, reside na questão da evasão, cujo principal fator impelidor segundo a argumentação da nova proposta, situa-se no fato do ingressante “escolher o curso que é possível” de cursar no contexto do SiSU. Nesse âmbito, não podemos desprezar a complexidade deste fator e não observar aspectos como dificuldades socioeconômicas, adaptações curriculares e ao próprio ambiente universitário como um todo, dentre outros aspectos, como possíveis motivadores da evasão. Ainda as implicações da Pandemia COVID-19 e o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE), necessitam ser levados em conta, para um real debate acerca deste processo no último período. Ao mesmo tempo, os próprios dados apresentados pela Pró-reitoria de Graduação junto à proposta evidenciam que a taxa média de evasão na instituição, situa-se abaixo da média nacional. Perante estes aspectos, é muito controverso entender em medida as referidas formas de ingresso irão modificar este quadro.

Diante do exposto o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI-UFSM) manifesta (a)os Conselheiro(a)s do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSM (CEPE-UFSM) e a sociedade civil, sua **posição contrária ao retorno do Vestibular e do Processo Seletivo Seriado** como formas de ingresso nos cursos de graduação da instituição, mediante as inconsistências da proposta apresentada e de suas possíveis consequências socioeducacionais. Por sua vez, defendemos a **manutenção e ampliação da políticas de ação afirmativa para o ingresso da população negra e indígena na instituição**, por meio das cotas raciais, do processo seletivo indígena e da criação de um processo específico para o ingresso das comunidades quilombolas, assim como para outros grupos historicamente alijados do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, mas que estes resultem de um amplo debate com os núcleos e setores diretamente envolvidos, sendo sua proposta de implementação fruto do debate coletivo, e não do contrário, a partir de uma proposta de implementação genérica. Também, reivindicamos que o CEPE-UFSM delibere por um amplo debate sobre o tema das formas de ingresso na instituição, contemplando toda a sociedade.

Santa Maria, 24 de janeiro de 2023.

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
(NEABI-UFSM)